

Amagis

NA IMPRENSA

JULHO DE 2015

HOJE EM DIA (BH) • 26 DE JUNHO DE 2015

EXCESSO DE TRIBUTOS GERA SÉRIA AMEAÇA À MINERAÇÃO

MUNICÍPIOS DEFENDEM IMPOSTO PARA COMPENSAR PERDAS

EDUARDO ROCHA/RB



DEBATE – O juiz Pedro Câmara (E) e os desembargadores Herbert Carneiro e Sérgio André Xavier no Congresso da Amagis

| RAUL MARIANO

| rmariano@hojeemdia.com.br

O excesso de tributações sobre a mineração pode tornar a atividade inviável em Minas Gerais se o pacto federativo não for revisado. Esse é o temor de empresários do setor diante da possibilidade de mais de 50 municípios mineiros criarem tributos semelhantes à Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM), conhecida como Taxa de Minério.

O imposto, que pode ser até três vezes maior do que o ICMS, é cobrado pelo Estado tendo como base de cálculo a tonelada de minério explorada. Como não há repasse do recolhimento aos municípios, especialistas acreditam que as prefeituras de cidades mineradoras poderiam se basear na Taxa de Minério como forma de compensar a baixa arrecadação motivada pelo momento de retração da economia.

53%

FOI QUANTO CAIU A EXPORTAÇÃO
DE MINÉRIO DE JANEIRO A MAIO
EM RELAÇÃO A IGUAL PERÍODO DE 2014

"O principal desafio do setor é revisar o pacto federativo, evitando que cada ente tenha soluções pontuais que agravem o cenário tributário. É necessário um grande esforço para re-discutir o tema", afirmou o diretor jurídico da Vale, Octávio Bulcão Nascimento, em palestra no Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

Hoje, um dos poucos consensos existentes entre

empresas e governo na Comissão do Novo Marco Regulatório da Mineração é o de que a cobrança do royalty será transferida do faturamento líquido para o bruto, o que possivelmente irá garantir mais recursos para os municípios.

Além disso, a distribuição da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) também poderá passar por mudanças. Os recursos, hoje divididos entre município minerador (65%), Estado

(23%) e União (12%), passariam a ser de 60% para os municípios, 20% para o Estado, 10% para a União e outros 10% para municípios atingidos pela mineração.

Para o coordenador de ordenamento mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Ricardo Ribeiro Parahyba, o marco regulatório da mineração não é unanimidade no setor. "Além disso – diz –, a chance de aumentar a alíquota da Cfem com o preço da commodity caindo é algo que precisa ser estudado. É essencial considerar o contexto tributário, que já é bastante grande".

QUALIFICAÇÃO

Para o desembargador e presidente da Amagis, Herbert Carneiro, há urgência na qualificação da Justiça para lidar com os conflitos do setor. "Hoje, 140 das 296 comarcas mineiras estão envolvidas com a exploração mineral. O debate é necessário para que os operadores estejam mais preparados para enfrentar as demandas da atividade".

HOJE EM DIA (BH) • 27 DE JUNHO DE 2015

LEI DEFASADA ONERA A MINERAÇÃO

SETOR REIVINDICA REVISÃO DE MEDIDAS COMPENSATÓRIAS EXIGIDAS PARA A EXPLORAÇÃO

FOTOS: EDUARDO ROCHA/RB

| RAUL MARIANO

| rmariano@hojeemdia.com.br

Depois de enfrentar queda em mais da metade das exportações no primeiro quadrimestre do ano, na comparação com o mesmo período de 2014, o setor de mineração terá que lidar também com entraves ambientais. Para entidades representativas do segmento, a falta de revisão das medidas compensatórias exigidas por lei está levando empresas a pagarem valores até seis vezes maiores do que o equivalente às áreas atingidas nos empreendimentos.

A incoerência, segundo especialistas, está na falta de diálogo entre empresas e governo, uma vez que as legislações específicas do Estado e da União trazem entendimentos diferentes sobre o tema. A maior preocupação é de que esse custo comprometa financeiramente as empresas do setor em Minas.

O advogado de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Thiago Rodrigues Cavalcanti, destacou em palestra no Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral a falta de consenso entre os membros do Conselho de Política Ambiental do Estado (Copam).

Segundo ele, não há leis referentes à compensação por intervenção em Áreas de Preservação Permanente (APP), mas apenas uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) que é contrária ao texto normativo da Lei 12.651/2012, que estabelece normas gerais à proteção da vegetação no país.

"Talvez seja hora de o judiciário começar a se manifestar sobre o tema. Isso causa prejuízos ao setor. Se é necessário pagar muito além do que você compensa, há aumento nos custos dos projetos. A Fiemg tem tentado propor mudanças na legislação, mas somos voto vencido nas reuniões do Conselho de Política Ambiental do Estado".

EXPANSÃO

As apostas de recuperação do setor estão no estímulo



LUTA CONSTANTE – Thiago Cavalcanti (E) e Walter Lins Arcoverde trabalham em frentes diferentes para superar o momento de baixa do setor mineral

29

MIL ALVARÁS

DE PESQUISA MINERAL ESTÃO EM VIGOR NO PAÍS

à pesquisa mineral. Essa é a avaliação do diretor de Fiscalização Mineral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Walter Lins Arcoverde. Para ele, a descoberta de novas jazidas pode incentivar a retomada da produção sem a dependência exclusiva do consumo de grandes mercados como a China.

"Precisamos criar mecanismos de melhoria para o ambiente de negócios em pesquisa mineral, abrir a participação para o mercado de capitais, definindo claramente que é uma atividade de risco. Além dis-

so, precisamos concluir o Marco Regulatório ainda em 2015 para tornarmos clara a visão de futuro jurídico do setor", diz.

A emissão de alvarás de pesquisa no setor caiu cerca de 10% em 2014 na comparação com 2013. Ainda assim, os investimentos no segmento continuam sendo importantes. Dados da Associação Brasileira de Tecnologia para Equipamentos e Manutenção (Sobratema) apontam que três dos cinco planos de investimentos para Minas estão ligados à indústria mineral e somam cerca de R\$ 18,2 bilhões.

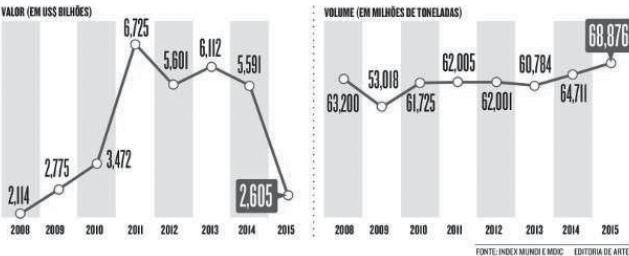
MINERAÇÃO PARA NA JUSTIÇA

AMAGIS PROMOVE CONGRESSO PARA DISCUTIR A QUESTÃO

Raio-X

O SETOR EM NÚMEROS

EXPORTAÇÕES POR MINAS GERAIS (EMBARQUES DE JANEIRO A MAIO)



BRUNO PORTO
bporto@hojeemdia.com.br

O aumento da atividade minerária no Brasil e em Minas Gerais, impulsionado pelo boom no preço da commodity a partir de 2009, gerou também o crescimento de demandas jurídicas envolvendo conflitos considerados "inevitáveis" por especialistas. Enquanto a escalada da cotação do minério perde fôlego, a judicialização que surgiu se transforma em passivo e se acumula nos tribunais.

Para entender e aperfeiçoar o julgamento desses casos, a Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) promove a partir de amanhã o 1º Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral, em Belo Horizonte. A palestra de abertura será proferida pelo economista Paulo Haddad, ex-ministro da Fazenda e Planejamento no governo Itamar Franco e colunista do *Hoje em Dia*, e acontecerá no auditório do TJMG da avenida Raja Gabaglia. O evento prossegue nos dois dias seguintes no Othon Palace.

"A legislação brasileira é moderna, mas há um baixo grau de implementação e supervisão, o que gera casos de desrespeito à lei, muitos deles envolvendo a utilização dos recursos hídricos e outros ligados ao meio ambiente, como o caso da poeira em Congonhas", disse Haddad.

Ele vai abordar em sua apresentação aspectos da mineração no país e em Mi-

60

DÓLARES POR TONELADA

É A COTAÇÃO ATUAL DO MINÉRIO DE FERRO, QUE EM JANEIRO DE 2014 ESTAVA PRECIFICADO A US\$ 128

53%

É A QUEDA NAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO POR MINAS GERAIS DE JANEIRO A MAIO DESTA ANO EM RELAÇÃO A IGUAL INTERVALO DE 2014

nas Gerais, tratando do que ele considera que a atividade mineradora traz de benefícios e de malefícios, tanto sob o olhar social e ambiental como econômico. "Para o Brasil, a mineração colabora com a formação de reservas cambiais que têm relação com a soberania do Brasil. No século XXI foram US\$ 180 bilhões que o setor agregou. Para Minas Gerais, o aspecto econômico mais importante é nas exportações. Em 2014, 54% das exportações do Estado foram produtos minerais", disse.

Mesmo com as adversidades enfrentadas pelo setor, o minério de ferro permanece como o principal produto da pauta de exportações estadual, apesar de, neste ano, de janeiro a maio, ter registrado o menor volume de divisas dos últimos seis anos para o período.

O desembargador José do Carmo Veiga de Oliveira, um dos membros do comitê organizador do Congresso, diz que a abertura de novas minas tem sido também uma origem importante de novos conflitos que batem à porta dos tribunais. "A atividade gera uma série de discussões, especialmente quando ocorre em novas áreas. Passa a ser necessária a negociação com o proprietário do imóvel e a negociação de valores de indenização. Quando não há consenso entre as partes, isso é judicializado. Por isso, o mais importante do Congresso é aperfeiçoar a prestação jurisdicional", afirmou.



BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

EM DIA COM A POLÍTICA

baptista@almeida.mg@diariocivildes.com.br

PINGAFOGO

■ O governador Fernando Pimentel (PT) e o presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes (PMDB), prestigiaram a abertura do 1º Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral, promovido pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis).

■ Mas por que a Amagis trata de mineração? Resposta rápida: das 296 comarcas do estado, que atingem 400 cidades, quase metade tem envolvimento com o setor. E há muitas ações judiciais, por impactos ambientais e sociais.

Fernando Pimentel defende debate cauteloso sobre exploração minerária

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, afirmou que o momento é o mais adequado para tratar da questão minerária, uma das principais vocações do estado. Ao participar da abertura do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária, organizado pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o governador disse que, frente à conjuntura internacional, com queda crescente no preço do minério, é preciso discutir com cautela e racionalidade a questão.

"Tardava já uma discussão dessa forma, focada, dirigida, para que a gente enfrente um dos maiores problemas que temos, que é como conduzir essa questão (da exploração minerária). Nosso estado se chama Minas Gerais não é por coincidência. Isso tem a ver com a nossa vocação, com a nossa história e com a nossa composição socioeconômica", destacou o governador.

Para uma plateia formada por promotores, magistrados, empresários e políticos, Pimentel ressaltou a necessidade de colocar em pauta o desenvolvimento econômico, aliado ao compromisso com o meio ambiente. "Com uma condução apropriada, vamos ter a condição de discutir esse tema. É uma das principais commodities do país, em que o preço internacional caiu fortemente nos últimos anos. E vamos discutir também a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), e o código da mineração", disse.

O governador aproveitou a oportunidade para comemorar a parceria firmada desde que assumiu o governo do estado com os Poderes Legislativo e Judiciário. "A harmonia que temos conseguido entre

os Poderes cria um ambiente necessário para fazermos essa discussão de forma isenta, madura, para chegarmos a um resultado, com uma atividade minerária bem regulamentada", finalizou.

Direitos minerários

O evento ocorreu no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. O anfitrião, desembargador Herbert Carneiro, salientou a necessidade de se ter um aprimoramento e a formação continuada dos magistrados para enfrentar os conflitos na questão da exploração minerária.

"O direito minerário demanda intensamente o Judiciário em uma área que ainda lhe é pouco conhecida. Temos hoje 140 das 296 comarcas de Minas envolvidas, direta e indiretamente, na questão", disse o desembargador. "Provocar esse grande debate se faz necessário para que os operadores do sistema de Justiça estejam mais preparados para enfrentar todas as demandas resultantes dos efeitos dessa atividade", completou o magistrado, que elogiou o governador por ter iniciado a administração em parceria com os Poderes e com uma "visão republicana".

Já o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Pedro Carlos Bittencourt Marcondes, defendeu que o desenvolvimento econômico seja feito com responsabilidade social e ambiental. "A abordagem do tema é essencial para se encontrar saídas sustentáveis (para a exploração), mas do ponto de vista social e humano", finalizou.

Também participaram da abertura do congresso o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, Adalclever Lopes, o procurador-geral de Justiça do Estado, Carlos André Mariani Bittencourt, a defensora pública geral de Minas, Christiane Neves Procópio Malard, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Paulo Haddad, além de secretários de Estado, deputados e lideranças políticas.

Reneel Marques/Imprensa NG



Governador: "Nosso estado se chama Minas Gerais não é por coincidência. Isso tem a ver com a nossa vocação"

Fernando Pimentel defende debate cauteloso e racional sobre exploração mineral

Jornal do Brasil

+A -A

O governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, afirmou que o momento é o mais adequado para tratar da questão mineral, uma das principais vocações do estado. Ao participar da abertura do I Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral, organizado pela Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), o governador disse que, frente à conjuntura internacional, com queda crescente no preço do minério, é preciso discutir com cautela e racionalidade a questão.

“Tardava já uma discussão dessa forma, focada, dirigida, para que a gente enfrente um dos maiores problemas que temos, que é como conduzir essa questão (da exploração mineral) em Minas Gerais. Nosso estado se chama Minas Gerais, não é por coincidência. Isso tem a ver com a nossa vocação, com a nossa história e com a nossa composição socioeconômica”, destacou o governador.

Para uma plateia formada por promotores, magistrados, empresários e políticos, Pimentel ressaltou a necessidade de colocar em pauta o desenvolvimento econômico, aliado ao compromisso com o meio ambiente. “Com uma condução apropriada, vamos ter a condição de discutir esse tema. É uma das principais *commodities* do país, em que o preço internacional caiu fortemente nos últimos anos. E vamos discutir também a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), e o código da mineração”, disse.

O governador aproveitou a oportunidade para comemorar a parceria firmada desde que assumiu o Governo do Estado com os Poderes Legislativo e Judiciário. “A harmonia que temos conseguido entre os Poderes cria um ambiente necessário para fazermos essa discussão de forma isenta, madura, para chegarmos a um resultado, com uma atividade mineral bem regulamentada”, finalizou.

Direitos minerários

Anfitrião do evento, que ocorreu no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, salientou a necessidade de se ter um aprimoramento e a formação continuada dos magistrados para enfrentar os conflitos na questão da exploração mineral.

“O direito mineral demanda intensamente o Judiciário em uma área que ainda lhe é pouco conhecida. Temos hoje 140 das 296 comarcas de Minas envolvidas, direta e indiretamente, na questão”, disse o desembargador. “Provocar esse grande debate se faz necessário para que os operadores do sistema de Justiça estejam mais preparados para enfrentar todas as demandas resultantes dos efeitos dessa atividade”, completou o magistrado, que elogiou o governador por ter iniciado a administração em parceria com os Poderes e com uma “visão republicana”.

Já o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Pedro Carlos Bitencourt Marcondes, defendeu que o desenvolvimento econômico seja feito com responsabilidade social e ambiental. “A abordagem do tema é essencial para se encontrar saídas sustentáveis (para a exploração), mas do ponto de vista social e humano”, finalizou.

Também participaram da abertura do congresso o presidente da Assembleia Legislativa de Minas, Adalclever Lopes, o procurador-geral de Justiça do Estado, Carlos André Mariani Bittencourt, a defensora pública geral de Minas, Christiane Neves Procópio Malard, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Paulo Haddad, além de secretários de Estado, deputados e lideranças políticas.

HOJE EM DIA (BH) • 25 DE JUNHO DE 2015

CONGRESSO DA AMAGIS DEBATE EXPLORAÇÃO MINERÁRIA

MARCO REGULATÓRIO NA PAUTA DAS DISCUSSÕES

Em função da crescente demanda judicial envolvendo a questão minerária, a Associação dos Magistrados de Minas Gerais (Amagis) propõe discussões sobre o tema nos desdobramentos e impactos econômicos, sociais e ambientais de uma das atividades de maior peso para a economia do Estado.

Os debates fazem parte do I Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral, que começa hoje, no Othon Palace, centro da capital.

Participam do evento especialistas de todo o país, dentre eles, Ricardo Eudes Parahyba, Adriano Drummond Cançado Trindade, Eduardo César Fortuna Grion, Andressa de Oliveira

Lanchotti, Paulo Haddad, Denes Martins da Costa Lott, Fernando Antônio Nogueira Galvão da Rocha, José Mendonça e os deputados federais, Gabriel Guimarães e Leonardo Quintão.

A seleção dos temas foi feita por uma comissão de magistrados com grande experiência na área, levando em conta os desafios enfrentados no dia a dia do trabalho. Questões controversas e que geram dúvidas no momento de decidir uma ação envolvendo a mineração estão contempladas na programação.

Mesmo sem estatísticas específicas de ações que envolvam empresas do setor, segundo a Amagis, somente em Minas Gerais, do total de 296 comarcas do Esta-

do, 140 tem envolvimento, direto ou indireto, com a questão minerária.

Além das palestras, que serão realizadas pela manhã e no início da tarde, haverá oficinas temáticas. Hoje serão três oficinas e amanhã serão realizadas outras quatro. O objetivo das oficinas é aprofundar o debate com a troca de experiências entre os participantes. O presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, comanda uma das oficinas.

HOJE EM DIA PRESENTE

O jornal Hoje em dia faz ação promocional durante o congresso oferecendo aos participantes a degustação do jornal.

ESTADO DE MINAS (BH) • 24 DE JUNHO DE 2015

Judiciário e a exploração minerária

HERBERT CARNEIRO

Desembargador e presidente da Associação dos Magistrados de Minas (Amagis)

A iniciativa da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) de promover de hoje até sexta-feira o I Congresso Mineiro sobre Exploração Mineral – que esperamos seja o primeiro de um debate transparente e permanente – nasceu da crescente demanda judicial envolvendo a questão minerária e seus reflexos econômicos, ambientais e sociais. Soma-se a isso a premente necessidade de aperfeiçoamento do Judiciário, uma das prioridades de nossa gestão frente à Amagis.

No mundo complexo e dinâmico em que vivemos, o aprimoramento é instrumento indispensável para enfrentar conflitos e apresentar soluções justas e adequadas à sociedade. O debate jurídico dessa questão não se restringe, como se pode imaginar, aos impactos ambientais sempre associados ao tema, mas de maneira ampla a todos os desdobramentos dessa importante atividade econômica, que faz de Minas Gerais o maior estado produtor do país, com a extração de mais de 180 milhões de toneladas/ano de minério de ferro.

A atividade está presente em mais de 400 municípios mineiros, onde estão localizadas 40 das 100 maiores minas em operação no país. Diante

dessa realidade, o objetivo desse congresso é promover o aprofundamento de tema sobre o qual, muitas vezes, não se tem acesso à doutrina mais vasta, além de permitir a troca de experiências entre magistrados e outros operadores do direito com especialistas do setor.

Queremos chamar ao debate não só a magistratura, mas os promotores de justiça, advogados, defensores públicos, as empresas e especialistas na matéria com o temário mais abrangente possível, desde o tão aguardado marco regulatório até a exaustão da atividade, sempre na busca da mediação no conflito mineral.

Temos hoje inúmeras ações judiciais envolvendo a questão, desde demandas da Justiça do Trabalho, ambientais, socioeconômicas e agrárias. Enfim, o direito mineral demanda intensamente o Judiciário em uma área que lhe é pouco conhecida. Para se ter uma ideia do tamanho de nosso desafio, nós temos, atualmente, 140 das 296 comarcas mineiras envolvidas, direta ou indiretamente, na exploração mineral. Provocar esse grande debate se faz necessário para que o juiz esteja mais preparado a enfrentar as demandas resultantes dessa atividade.

Queremos debater o tema à luz da legislação vigente e das propostas que a sociedade discute hoje no Congresso Nacional, detalhando os direitos e deveres de empresas de mineração quanto

ao acesso e uso da terra e disciplinando a possibilidade de desapropriação mediante justa indenização. A atividade minerária acaba gerando uma série de conflitos entre proprietários de terra e empresas. A Justiça entra para buscar a solução dos conflitos. Daí a importância dessa iniciativa da Amagis.

Com grande potencial geológico, o Brasil tem todas as condições de reafirmar a posição de protagonista mundial do setor. Diante desse cenário, a importância do Judiciário se destaca, principalmente, no momento em que se discute o Marco Regulatório da Mineração, contribuindo para a busca da paz social e pela estabilidade das relações jurídicas.

Hoje, dizem que mais importante do que a licença ambiental é a licença social, segundo a qual o maior desafio é promover o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a justiça socioambiental, de maneira concreta, efetiva e com resultados duradouros nos aspectos econômico e social.

Além dos impactos socioeconômicos e ambientais, a mineração transforma o meio em que ela está, mudando também a sociedade, trazendo riqueza, investimento e problemas. Por isso, o juiz precisa conhecer e ter uma visão abrangente para decidir melhor e acertadamente. Como tem atividade preponderante e protagonista, o magistrado vai decidir melhor se conhecer mais o setor.

Comarca. Tema é comum nos fóruns das cidades

Magistrados discutem marco regulatório da mineração

Evento da Amagis debate a mineração e o desenvolvimento dos municípios

■ JULIANA GONTIJO

■ Apesar da necessidade crescente da arrecadação de recursos pelos Estados, municípios e União, a mudança no cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) – considerada o royalty da mineração – não é viável, em especial, na atual conjuntura, segundo o consultor da área de mineração e ex-vice-presidente executivo do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), José Mendo. Ele é um dos participantes do I Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), que começa hoje. Mendo é o responsável por uma das oficinas, na sexta-feira, com o tema Exploração Minerária: Evolução e Perspectivas. “Você não pode analisar a Cfem sem analisar a carga tributária total, que é alta”, diz.

A mudança do cálculo é uma das polêmicas do novo



FERNANDA CARVALHO

Palestra. José Mendo diz que a Cfem é um dos pontos polêmicos

marco regulatório da mineração, que continua emperrado na Câmara, e que será um dos assuntos discutidos no congresso do setor. Conforme o IBGE, a queda na produção da indústria extrativa em Minas Gerais foi de 1,5% no primeiro quadrimestre de 2015 na comparação com igual período de 2014.

O presidente da Amagis, o desembargador Herbert Carneiro, ressalta que a escolha do tema se deve ao fato de Minas ser um dos mais importantes Estados mineradores do Brasil. “Das 296 comarcas daqui, 140 têm envolvimento, direto ou indireto, com a questão minerária. São comarcas que têm demandas

em seus fóruns relacionadas com esse tema”, ressalta o desembargador.

A palestra de abertura do evento, que vai até sexta-feira, será com o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento no governo Itamar Franco, Paulo Haddad. No auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), unidade Raja Gabaglia, em Belo Horizonte, o economista falará sobre mineração e desenvolvimento econômico sustentável com ênfase em aspectos econômicos. Nos demais dias, as palestras e oficinas acontecem no Othon Palace, na região central da capital, das 9h às 18h.



PRESIDENTE DA AMAGIS CONCEDE ENTREVISTA À IMPRENSA DURANTE CONGRESSO MINERÁRIO



HERBERT CARNEIRO APONTA DESAFIOS DO JUDICIÁRIO EM ENTREVISTA À TV GLOBO EM UBERLÂNDIA

ESTADO DE MINAS (BH) • 24 DE JUNHO DE 2015

TEATRO GANHA APOIO NO MEIO JURÍDICO

| GIULIA MENDES

| gandrade@hojeemdia.com.br

Representantes de instituições jurídicas apoiaram ontem a decisão do presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Pedro Bitencourt, de manter o teatro Klauss Vianna no prédio pertencente ao TJMG, na avenida Afonso Pena, 4001, em Belo Horizonte.

O parecer de Bitencourt de suspender a demolição do teatro terá que ser aprovado, em agosto próximo, pelos 120 desembargadores que compõem o Pleno do Tribunal de Justiça.

Para o presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), desembargador Herbert Carneiro, os desembargadores devem referendar a decisão do procurador-geral de Justiça. “Confio em sua liderança e capacidade de gestão, assim como no compromisso com a cultura e o interesse público de todo o Pleno do Tribunal, em favor de um importante espaço cultural para a cidade e o Estado”, disse.

O presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, Aristoteles Athenien-

se, afirmou que a instituição também é favorável à permanência do teatro no prédio do TJMG.

“Não vejo nenhuma incompatibilidade entre o funcionamento da Corte e a realização de atividades culturais naquele local. Já vi, inclusive, situações semelhantes em outros países”, destacou.

ESTADO DE MINAS (BH) • 16 DE JUNHO DE 2015

CONGRESSO DISCUTE O TEMA

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) realiza, na próxima semana, em Belo Horizonte, o 1º Congresso Mineiro sobre Exploração Minerária. O evento visa a debater os reflexos econômicos, ambientais e sociais da mineração no estado e a jurisdição existente, em função da crescente demanda judicial envolvendo o assunto e faz parte das comemorações dos 60 anos da Amagis. A palestra de abertura, do ex-ministro da Fazenda e Planejamento do governo Itamar Franco, Paulo Haddad, vai ocorrer no dia 24 de junho, no auditório do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia. Ele vai falar sobre a mineração e o desenvolvimento sustentável, com ênfase em aspectos econômicos. A programação prossegue nos dias 25 e 26, com palestras e oficinas temáticas, no Othon Palace Hotel.

ESTADO DE MINAS (BH) • 19 DE JUNHO DE 2015



>>mario.fontana@uai.com.br

MÁRIO FONTANA

MAGISTRADOS MONTES CLAROS

O presidente da Associação Mineira dos Magistrados, desembargador Herbert Carneiro, viajou ontem para Montes Claros com uma comitiva de seis colegas para participar de evento comemorativo dos 60 anos de fundação da entidade. O encontro reuniu juizes da região e a sociedade local.